

BOLETIM 81

Brasília, 14 de março de 2016

Milhões vão às ruas em todo país contra o governo

Segundo estimativas da Polícia Militar as manifestações contra o governo contaram com 3,6 milhões de pessoas nas ruas do país, e os organizadores, 6,8 milhões (balanço atualizado às 22h40). O maior número de participantes havia sido registrado no protesto de 15 de março do ano passado: 2,4 milhões, segundo a PM, e 3 milhões pelos dados dos organizadores. Os protestos deste domingo ocorreram em mais cidades, em comparação com março de 2015.

Na capital paulista, a Polícia Militar estima que cerca de 1,4 milhão de pessoas estiveram no ato. Segundo o Instituto Datafolha, o protesto reuniu 500 mil pessoas. Já o movimento Vem Pra Rua, um dos organizadores, contabilizou 2,5 milhões de pessoas na Avenida Paulista. No Rio de Janeiro, os organizadores falaram em 1 milhão na Praia de Copacabana. A PM não divulgou números.

Também foram realizados protestos de apoio ao governo Dilma, a Lula e ao PT. Recife (PE), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), São Bernardo do Campo (SP), Vitória (ES), Monte Claros e Coronel Fabriciano (MG) e São Luís (MA) tiveram atos a favor do governo.

As manifestações foram pacíficas, com poucos incidentes isolados em algumas cidades. Grande parte dos manifestantes vestia verde e amarelo e levava cartazes contra a corrupção, o governo federal e o PT, bem como de apoio à operação Lava-Jato e ao juiz Sergio Moro.



Além de pedirem a saída de Dilma, várias pessoas protestaram contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e lembraram que, na semana passada, o Ministério Público de São Paulo pediu a prisão preventiva do líder petista.

Outro nome citado nos atos, mas de maneira positiva, foi o do juiz da Operação Lava Jato. Sérgio Moro foi exaltado em faixas em diversas cidades brasileiras.

Em São Paulo, políticos chegaram a ser hostilizados, entre eles Marta Suplicy (PMDB), o governador do estado, Geraldo Alckmin (PSDB), e o senador Aécio Neves (PSDB).

Fonte: Portal G1



Planalto diz que liberdade de manifestação é própria das democracias

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República divulgou na noite deste domingo (13) nota em que afirma que “a liberdade de manifestação é própria das democracias” e deve ser respeitada por todos.

“O caráter pacífico das manifestações ocorridas neste domingo demonstra a maturidade de um país que sabe conviver com opiniões divergentes e sabe garantir o respeito às suas leis e às instituições”, diz a nota da Secom.

O texto foi divulgado após reunião da presidenta Dilma Rousseff com os ministros da Casa Civil, Jaques Wagner, da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, da Advocacia-Geral da União, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria de Comunicação Social, Edinho Silva, no Palácio da Alvorada, para avaliar as manifestações contra o governo ocorridas este domingo (13) em vários estados do país.

Fonte: Agência Brasil

Impeachment da presidente poderá ser analisado em 45 dias por comissão especial

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, reafirmou nesta sexta-feira (11)

que dará prosseguimento à abertura do processo de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff, tão logo o Supremo Tribunal Federal decida sobre os recursos da Câmara contra o rito de tramitação do impeachment definido pelo próprio STF. A decisão final do STF sobre o caso está marcada para a quarta-feira (16). Segundo o presidente, 45 dias são um prazo razoável para a tramitação do impeachment na comissão especial encarregada de analisá-lo.

Cunha, no entanto, disse não poder garantir que a comissão será instalada já na quinta-feira (17). “Na quinta eu darei prosseguimento, mas não posso dizer que vou instalar [a comissão especial]; vai depender do que o Supremo decidir. Eu quero dizer que o processo voltará ao curso da continuidade, cumprindo a decisão do Supremo”, explicou.

A abertura do processo contra a presidente da República depende da instalação de uma comissão especial na Câmara, que analisará se há ou não indícios para justificar o julgamento de Dilma Rousseff por crime de responsabilidade.

No fim de dezembro, o STF considerou inconstitucionais dois aspectos do processo de eleição da comissão especial do impeachment na Câmara: a adoção de uma chapa avulsa de deputados – não indicada por líderes partidários – e a escolha dos integrantes do colegiado por voto secreto. Além disso, o Supremo garantiu ao Senado o poder de anular uma eventual decisão da Câmara favorável à abertura de processo. Esses critérios estão sendo questionados junto ao STF pela Câmara por meio de embargos declaratórios.

Cunha disse considerar razoável o prazo de 45 dias para que, uma vez eleita e instalada, a comissão especial possa se pronunciar sobre o caso.

“Se seguir o rito, instalar a comissão, com prazo de defesa, prazo de votação, prazo para ir ao Plenário — se for seguido e interpretado o cronograma que está na Lei e no Regimento, 45 dias são um prazo razoável; mas não dá para afirmar que será em 45 dias”, disse, lembrando que pode haver obstruções e recursos judiciais.

Fonte: Agência Câmara



CONTRICOM: toda solidariedade às vítimas das enchentes em São Paulo

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, manifestou a total solidariedade da entidade com as vítimas das enchentes que atingiram inúmeros municípios do Estado de São Paulo, na última semana e provocaram muitas mortes.

Mazinho citou de forma específica a cidade de Itapevi e região (*foto*), que foi atingida também pelas chuvas, e onde está sediado o Sindicato da categoria dos trabalhadores na construção e no mobiliário, filiado à CONTRICOM.

“É necessário que as autoridades municipais, estaduais e federais atuem com rapidez e em harmonia para socorrer as vítimas, amparando especialmente as famílias que perderam entes queridos, bem como todos os que ficaram desabrigados”, afirmou Mazinho.

Mazinho manifestou a solidariedade da CONTRICOM com as vítimas das enchentes e disse que “já passou da hora do governos, em todos os níveis, adotarem medidas preventivas, principalmente nas áreas de risco, para que, mesmo com a intensidade inusitada das chuvas, tragédias como essa não aconteçam mais”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Mercado reduz estimativa de inflação para 2016, mas vê queda maior do PIB

O mercado financeiro melhorou sua estimativa de inflação para este ano, mas também passou a prever uma contração maior para o nível de atividade da economia brasileira em 2016.

As previsões foram feitas na semana passada e divulgadas nesta segunda-feira (14) pelo Banco Central, por meio do relatório de mercado, também conhecido como focus. O levantamento foi feito com mais de 100 instituições financeiras.

Para 2016, a expectativa do mercado para o IPCA, a inflação oficial do país, caiu de 7,59% para 7,46%. Apesar da queda, ainda permanece acima do teto de 6,5% do sistema de metas e bem distante do objetivo central de 4,5% fixado para este ano.

A melhora na previsão de inflação do mercado financeiro para este ano aconteceu na



mesma semana em que foi divulgada inflação de fevereiro, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somou 0,9% - contra 1,27% no mês anterior. Com isso, o índice perdeu força no mês passado.

Para 2017, a estimativa do mercado financeiro para a inflação permaneceu estável em 6% – exatamente no teto do regime de metas para o período, e também longe da meta central de 4,5% estabelecida para o próximo ano pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A autoridade monetária tem informado que buscará "circunscrever" o IPCA aos limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 2016 (ou seja, trazer a taxa para até 6,5%) e, também, fazer convergir a inflação para a meta de 4,5%, em 2017. O mercado financeiro, porém, ainda não acredita que isso acontecerá.

Produto Interno Bruto - Para o PIB de 2016, o mercado financeiro passou a prever uma contração de 3,54% na semana passada, contra uma retração de 3,50% estimada na semana anterior. Foi a oitava piora seguida do indicador.

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o PIB brasileiro teve um tombo de 3,8% em 2015 - o maior em 25 anos. Se a previsão de um novo "encolhimento" se confirmar em 2016, será a primeira vez que o país registra dois anos seguidos de contração na economia – a série histórica oficial, do IBGE, tem início em 1948.

Para o comportamento do PIB em 2017, os economistas das instituições financeiras mantiveram a previsão de uma alta de 0,5%.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente da nacionalidade de quem os produz, e serve para medir o comportamento da economia brasileira.

Taxa de juros - Após o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central ter mantido os juros básicos da economia estáveis em 14,25% ao ano na semana passada, o mercado financeiro manteve sua estimativa para a taxa Selic neste patamar no fim deste ano.

Isso quer dizer que os analistas continuam não acreditando em uma nova alta dos juros, ou corte dos mesmos, no decorrer de 2016. Já para o fechamento de 2017, a estimativa para a taxa de juros permaneceu inalterada em 12,50% ao ano - o que pressupõe queda dos juros no ano que vem.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, a instituição tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. As taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, o que pode contribuir para o controle dos preços.

Câmbio, balança e investimentos - Nesta edição do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2016 caiu de R\$ 4,30 para R\$ 4,25. Para o fechamento de 2017, a previsão dos economistas para o dólar recuou de R\$ 4,40 para R\$ 4,34.

A projeção para o resultado da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações) em 2016 subiu de US\$ 39,85 bilhões para US\$ 41,20 bilhões de resultado positivo. Para o próximo ano, a previsão de superávit avançou de US\$ 41,26 bilhões para US\$ 43,20 bilhões.

Para 2016, a projeção de entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil ficou inalterada em US\$ 55 bilhões e, para 2017, a estimativa dos analistas caiu de US\$ 57,50 bilhões para US\$ 56,25 bilhões.

Fonte: Portal G1



As audiências públicas sempre contaram com um número expressivo de lideranças sindicais e de trabalhadores

Trabalhadores em Goiânia rejeitam projeto da terceirização

Os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal repudiam fortemente o PLC 30/2015, que regulamenta a terceirização para todos os setores de uma empresa. A afirmação é do senador Paulo Paim (PT-RS) em entrevista coletiva nesta sexta-feira (11) em Goiânia (GO), onde foi realizada a última audiência sobre a proposta legislativa promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado junto com o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores ameaçados pela terceirização.

A audiência na Assembleia Legislativa de Goiás, com a participação de líderes sindicais e deputados estaduais, foi a última do ciclo de debates realizado em todos os estados e no DF, com o objetivo de ouvir o ponto de vista de diversas representações sobre o projeto.

No dia 12 de maio haverá um grande evento no Ginásio Nilson Nelson com delegações de todo o país para marcar o encerramento das audiências sobre o tema. Ao fim, será aprovada

uma carta à nação, que será entregue aos presidentes do Congresso Nacional, do Tribunal Superior do Trabalho, do Supremo Tribunal Federal e à Presidente Dilma Rousseff. O PLC 30/2015 já foi aprovado na Câmara dos Deputados e aguarda agora votação no Senado.

Para o senador Paulo Paim, o Senado será sensível à visão dos trabalhadores de não admitir a terceirização da atividade-fim. Ele assegura que não é por meio da terceirização que melhores indicadores de competitividade e emprego serão alcançados. Na opinião do parlamentar, "se o projeto for sancionado, vai permitir que tudo seja terceirizado. Isso fará com que ocorra a falta de identidade com a empresa matriz e a raiz sindical".

— Por exemplo, de cada cinco mortes na área do trabalho, quatro são provenientes de empresa terceirizada. A cada dez acidentes, oito são de empresas também terceirizadas. Por isso o objetivo desta cruzada é rejeitar o projeto que vem da Câmara e apresentar outra proposta, fruto da jornada nacional que irá garantir ao terceirizado os mesmos direitos dos outros trabalhadores — explicou.

Segundo Paulo Paim, mais de 15 milhões de trabalhadores estão contratados em regime de terceirização. Por isso vai apresentar projeto para combater qualquer tipo de discriminação ou preconceito entre trabalhadores. Ele defende que não exista diferença de tratamento entre os trabalhadores contratados diretamente pela empresa e os que são empregados por meio de empresas terceirizadas.

— A carta à nação que será entregue no dia 12 de maio vai nesse sentido de elevar a qualidade de vida dos 15 milhões de trabalhadores que são hoje terceirizados e sem



mexer nos outros 40 milhões, que são os celetistas — enfatizou Paim.

Ao final do debate em Goiânia foi aprovada a Carta contra a Terceirização. No documento, os participantes o encontro afirmam que a classe trabalhadora repudia o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, porque “corresponde a uma radical reforma trabalhista supressora dos direitos conquistados na luta, sob o eufemismo da contratação de empresas especializadas.

Ainda de acordo com a carta, a partir da aprovação da nova lei haverá empresas sem empregados e trabalhadores sem direitos, embora a defesa do projeto fundamenta-se na geração de postos de trabalho quando as evidências demonstram o contrário.

Os trabalhadores também questionam a tese de maior eficiência e ganhos de produtividade para justificar essa forma de contratação. Eles afirmam que “o que se observa é que a terceirização instituiu uma nova dinâmica degradando o trabalho, interferindo nas relações de solidariedade entre os trabalhadores e fragmentando a organização sindical.

Pelo documento, os trabalhadores ainda afirmam que a “terceirização, na prática, joga a CLT no lixo, ataca os direitos dos trabalhadores. Não se trata apenas de um ataque as conquistas e a sociedade.

Fonte: Agência Senado

Programa Mulher Trabalhadora discute igualdade de gênero no mercado de trabalho

O Programa Mulher Trabalhadora, que discute a igualdade de gênero na sociedade brasileira, feito pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresenta um conjunto de informações que mostram a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

De acordo com o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, o programa tem por objetivo a busca da igualdade dentro do mercado de trabalho. “Esse trabalho trás dados importantes, uma realidade que nos permite analisar, pensar e mudar. Não queremos viver em uma sociedade machista e racista. Dar continuidade a esta luta no mundo do trabalho, nesse objetivo de construirmos e disputar uma sociedade de iguais que é capaz de valorizar as diferenças, capaz de encontrar beleza nas diferenças mas que é capaz de recusar as desigualdades de gênero de raça no nosso país, esse é o nosso desafio”, disse.

Rossetto falou ainda sobre as conquistas femininas e os avanços que tem sido realizados no combate a desigualdade de gêneros. “Estamos com avanços muito importantes em relação a esse tema, a uma diminuição das disparidades salariais e das condições de trabalho das mulheres e homens ao longo dos últimos anos, ela persiste mas existe uma diminuição que expressa a conquista das mulheres trabalhadoras ao longo



dos últimos anos. Avançamos mas ainda temos muito que construir”, completou.

Segundo a coordenadora da Coordenação de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, Luana Simões Pinheiro, quatro em cada dez mulheres não estão no mercado de trabalho hoje, e ressaltou que a diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho ainda é grande. “Houve uma feminilização no mercado hoje, mas a diferença ainda é muito clara. As mulheres entraram com força no mercado na década de 70, mas percebe-se uma estabilidade nessa inserção”, disse.

Para a presidenta da Federação Nacional de Empregadas Domésticas, Creuza Maria Oliveira, a luta pela igualdade no trabalho tem que ser permanente. “Nossa luta tem história, história de mulheres guerreiras. Os direitos ainda não estão iguais, mais ainda continuaremos lutando. Nós [empregadas domésticas] temos o direito a carteira assinada no Brasil há 43 anos, mas muitas ainda trabalham de forma irregular”, disse.

Fonte: Agência Brasil

Câmara rejeita mudanças nas regras de comissões internas de prevenção de acidentes

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados rejeitou proposta que pretendia alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43 – CLT) para permitir a inclusão de

prestadores de serviço (empresa e funcionários) em comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas) das empresas contratantes.

A lei atual condiciona o direito de participar da Cipa ao vínculo empregatício. O trabalhador não pode, por exemplo, integrar as comissões de outras firmas que contratem o serviço prestado pela empresa na qual trabalha. Essa é uma das formas de se preservar a estabilidade provisória dos integrantes dessas comissões.

Como o projeto (PL 4317/01, do Senado Federal) foi rejeitado pela única comissão responsável pela análise de mérito, e não houve recurso para que sua tramitação continuasse pelo Plenário, a proposta foi arquivada.

Interferência indevida - Relator da matéria, o deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE) defendeu a manutenção das regras atuais que, em sua opinião, já garantem a integração entre contratados e contratantes na prevenção a acidentes.

O parlamentar também criticou outro ponto do texto que atribui competências próprias do Ministério do Trabalho e Emprego às cipas, como a de interditar locais, instalações e maquinários. “Essa interferência é indevida e ilegal porque o poder de polícia é inerente aos órgãos do Estado”, lembrou.

Côrte Real também optou por rejeitar os PLs 5186/01, 2939/08, 469/11, 4462/12, 7206/14 e 7772/14 que tramitavam apensados e tratavam do mesmo tema.

Fonte: Agência Câmara



Cliente pode ser indenizado por planos de saúde que recusam tratamento

A recusa de tratamento sem justificativa por operadoras de planos de saúde pode gerar reparação por dano moral ao cliente. Conforme decisões recentes do STJ, o dano moral é devido em razão do agravamento da situação de aflição e angústia causada ao paciente, não sendo necessária, nesses casos, a demonstração de provas que atestem a ofensa moral ou material.

Esse entendimento foi endossado pelos ministros da Quarta Turma do tribunal no julgamento do recurso AgRg no AREsp 718634. “Nas hipóteses em que há recusa injustificada de cobertura por parte da operadora do plano de saúde para tratamento do segurado, como ocorrido no presente caso, a orientação desta Corte é assente quanto à caracterização de dano moral, não se tratando apenas de mero aborrecimento”, determinou o colegiado.

As decisões dos ministros do STJ sobre esse tema estão reunidas na Pesquisa Pronta, ferramenta disponibilizada no site do STJ para facilitar o trabalho de quem deseja conhecer o entendimento da corte sobre casos semelhantes. Por meio da consulta ao tema Limitações quanto à cobertura de planos de saúde, é possível ter acesso a 727 decisões tomadas por um colegiado de ministros do tribunal, chamadas acórdãos.

A jurisprudência do STJ reconhece a possibilidade de o plano de saúde estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de

tratamento utilizado para a cura dessas doenças. “É abusiva a negativa de cobertura pelo plano de saúde de procedimento, tratamento, medicamento ou material considerado essencial para preservar a saúde e a vida do paciente”, decidiram os ministros da Terceira Turma do STJ ao julgar o AgRg no REsp 1325733.

Dano moral - Nas negativas de cobertura por planos de saúde, o dano moral é chamado de dano in re ipsa. Isso significa que basta a demonstração da quebra contratual, sem necessidade de comprovação do prejuízo. “A recusa indevida da operadora de plano de saúde à cobertura financeira de tratamento médico, a que esteja legal ou contratualmente obrigada, dá origem ao dever de reparar o dano moral in re ipsa, consistente no agravamento do estado de aflição e angústia do paciente”, decidiu a Terceira Turma ao julgar o AgRg no AREsp 702266.

Tempo de internação - O STJ também considera abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado. “A cláusula contratual que limita no tempo o custeio do tratamento fora dos parâmetros legais deixa o consumidor em posição nitidamente desfavorável em relação ao fornecedor, encontrando óbice (impedimento) no enunciado da Súmula n. 302/STJ”.

Fonte: STJ

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)